Numéro d'identification OTAN Número NATO de identificação			
Numéro de code OTAN indiquant la nation Número de código NATO indicativo do país	Numéro national d'identification d'article Número nacional de identificação de artigos		Pays País
73	xxx — xxxx	Grèce — Idem.	Grécia — Idem.
74	xxx — xxxx	Island — Idem.	Islândia — Idem.
75	xxx — xxxx	Norvège — Idem.	Noruega — Idem.
76	xxx — xxxx	Portugal — Idem.	Portugal — Idem.
77	xxx — xxxx	Turquie — Idem.	Turquia — Idem.
78 à 98 inclus		Réservés.	Reservados.
99	xxx — xxxx	Royaume Uni.	Reino Unido.

Observations générales. — Les numéros 10, 20, 30, 40, 60, 70, 80, 90 ne seront pas utilisés comme numéros de code OTAN indiquant la nation en question car ils sont réservés à des fins particulières de mécanographie.

Observação. — Os n.ºs 10, 20, 30, 40, 60, 70, 80 e 90 não serão utilizados como números de código NATO indicativos do país em questão porque estão reservados para fins particulares de registo mecanográfico.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Justiça

Decreto n.º 43 496

O Decreto n.º 39 997, de 29 de Dezembro de 1954, definiu o regime dos serviços prisionais no ultramar, estabelecendo um programa que ainda hoje parece adaptado às necessidades das províncias. É, porém, necessário e urgente organizar a inspecção dos vários estabelecimentos prisionais, de modo a manter uma constante acção directiva e orientadora, que só o contacto frequente permite tornar eficaz. Nesse sentido se providencia no presente diploma, criando os lugares de inspectores dos serviços prisionais, visto que, sobretudo depois da extensão ao ultramar do novo regime da instrução preparatória, não pode esperar-se que os delegados do procurador da República tenham sempre possibilidade de se desempenharem cabalmente dessa função.

Nestes termos:

Ouvido o Conselho Ultramarino;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º — 1. A inspecção dos serviços prisionais competirá nas províncias de Angola e Moçambique a um inspector, directamente subordinado ao procurador da República, e no Estado da Índia ao ajudante do procurador da República.

2. Nas restantes províncias a inspecção competirá aos delegados do procurador da República.

Art. 2.º — 1. O inspector dos serviços prisionais terá a categoria de ajudante do procurador da República, competindo-lhe os correspondentes vencimentos, direitos e regalias.

2. O inspector prestará normalmente serviço como ajudante do procurador da República nos intervalos das inspecções e poderá substituir o procurador, nos termos em que o substituem os demais ajudantes.

Art. 3.º — 1. Os inspectores serão nomeados pelo Ministro do Ultramar, de entre magistrados judiciais ou licenciados em Direito de reconhecida competência em assuntos prisionais.

2. Os magistrados serão nomeados em comissão de serviço por três anos, renováveis por iguais períodos.

Art. 4.º Nas suas faltas e impedimentos os inspectores serão substituídos pelo magistrado do Ministério Público que o procurador designar.

Art. 5.º — 1. Os inspectores e magistrados encarregados das inspecções inspecionarão regularmente todos os estabelecimentos prisionais dependentes do Ministério do Ultramar e o trabalho prisional aplicado por qualquer autoridade, onde quer que ele seja cumprido.

2. Recolher-se-ão em relatório todos os elementos úteis da inspecção e propor-se-ão as providências que se julgarem necessárias.

Art. 6.º O procurador da República poderá inspecionar directamente os estabelecimentos prisionais e o trabalho prisional sempre que o julgue necessário, ou delegar essas funções nos seus delegados.

Art. 7.º — 1. Os inspectores deverão também inspecionar e orientar os delegados das comarcas do respectivo distrito judicial na instrução preparatória do processo penal.

2. Os procuradores poderão delegar nos inspectores, quando estes saíam da sede em serviço de inspecção, qualquer das suas outras funções ou ordenar-lhes que se substituam aos delegados no exercício das respectivas atribuições em relação a quaisquer actos ou durante determinado período de tempo.

Art. 8.º Para todos os efeitos, e nomeadamente para os efeitos do Decreto-Lei n.º 35 388, de 22 de Dezembro de 1945, na redacção que lhe foi dada, para o ultramar, pela Portaria n.º 17 067, de 13 de Março de 1959, considera-se serviço judicial efectivo o exercício das funções de inspector dos serviços prisionais e, bem assim, o serviço prestado mesmo anteriormente à publicação da portaria referida neste artigo do presente decreto por magistrados judiciais no Ministério do Ultramar em qualquer situação.

Art. 9.º O disposto neste decreto entende-se sem prejuízo da competência dos inspectores superiores de justiça em relação aos serviços prisionais.

Art. 10.º Ficam os governadores das províncias ultramarinas autorizados a abrir, observadas as disposições legais aplicáveis, os créditos especiais necessários para suportar os encargos resultantes da execução deste decreto, servindo de contrapartida as disponibilidades ou recursos orçamentais.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 3 de Fevereiro de 1961. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — Vasco Lopes Alves.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — Vasco Lopes Alves.

Junta de Investigações do Ultramar

Missão botânica de Angola e Moçambique

Orçamento de receita e despesa para 1961

Receita

CAPÍTULO ÚNICO

Artigo 1.º «Dotação inscrita no orçamento da província de Angola, nos termos do artigo 29.º, alí-

nea b), n.º 5), do Decreto n.º 43340, de 21 de Novembro de 1960, para 1961»	90 000\$00
Artigo 2.º «Dotação inscrita no orçamento da província de Moçambique, nos termos do artigo 15.º, alínea c), do Decreto n.º 43340, de 21 de Novembro de 1960, para 1961»	80 000\$00
Artigo 3.º «Dotação inscrita no orçamento do Ministério do Ultramar, no capítulo 13.º, artigo 138.º, n.º 1), para 1961»	30 000\$00
	<hr/>
	200 000\$00

Despesa

CAPÍTULO ÚNICO

Artigo 1.º «Despesas com o pessoal»	170 000\$00
Artigo 2.º «Despesas com o material»	10 000\$00
Artigo 3.º «Pagamento de serviços e diversos encargos»	20 000\$00
	<hr/>
	200 000\$00

O Adjunto do Chefe da Missão Botânica de Angola e Moçambique, António Rocha da Torre.

Junta de Investigações do Ultramar, Comissão Executiva, 25 de Janeiro de 1961. — O Presidente, J. Carrington Simões da Costa.

Aprovado. — Em 25 de Janeiro de 1961. — Pelo Ministro do Ultramar, Adriano José Alves Moreira, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.